

ALEXANDER, Jeffrey C. *The civil sphere*.

New York: Oxford University Press, 2006. 793p.

Rogério de Souza Medeiros

Jeffrey Alexander freqüentemente tem sido considerado um dos mais importantes autores no campo da teoria sociológica na atualidade. Muitas vezes essa importância lhe é atribuída por suas contribuições para um mapeamento da teoria sociológica contemporânea, a partir tanto de um constante exercício de releitura de autores clássicos, quanto da identificação dos principais temas e problemas atuais da sociologia, suas correntes, autores e tendências centrais. No entanto, em meio à sua extensa produção acadêmica, fugindo a essa caracterização, alguns trabalhos tendem a reinseri-lo no grupo de autores que buscam modificar a paisagem intelectual contemporânea através de formulações teóricas originais. Isto ocorreu em sua tentativa, na década de 1980, de reformular e ampliar a teoria funcionalista de Talcott Parsons e fundar uma teoria social *neo-funcionalista*, e ocorre agora também com a publicação de *The civil sphere*. De fato, em muitos sentidos este livro pode ser considerado uma empreitada teórica inteiramente nova dentro da produção acadêmica de Alexander.

Antes de tudo, a obra se insere nos esforços do autor e de seu principal colaborador, Philip Smith, em estabelecer uma nova agenda para o campo da Sociologia da Cultura (ALEXANDER; SMITH, 1993). Na base deste projeto está o argumento, repetidamente defendido pelo autor em vários de seus textos anteriores, de que a cultura deve ser vista como uma dimensão relativamente autônoma da vida social, rejeitando assim as análises que tratam os sistemas simbólicos como meros epifenômenos de processos estruturais mais fundamentais. Para Alexander, a cultura é formada por conjuntos de símbolos que continuamente se inter-relacionam, constituindo uma estrutura imaterial que organiza a ação dos indivíduos e grupos tanto quanto suas condições materiais. Estas estruturas ideacionais operam através da formação de conceitos e da organização de objetos, compondo padrões simbólicos e convertendo esses conceitos e objetos em signos, que por sua vez possibilitam a composição de códigos culturais ampliados formados a partir de estruturas binárias simples e de lógicas culturais de metáfora e analogia (COLOMY, 2003, p. 13).

Porém, a reiteração dos argumentos do autor sobre o status da cultura no processo de teorização da Sociologia é apenas o ponto de partida desse ambicioso livro. Sua extensão e profundidade tornam praticamente inviável a tarefa de sintetizar a contento, em poucas páginas, todos os seus possíveis desdobramentos. Em termos dos referenciais que balizam o modelo teórico proposto no livro, é possível identificar um grande número de influências – umas mais manifestas que outras – de autores clássicos e contemporâneos, entre eles Marx, Weber, Durkheim, Tocqueville, Gramsci, Dewey, Marshall e Habermas. Suas ambições também não são nada modestas, uma vez que pretende, ao mesmo tempo, apresentar um novo modelo teórico capaz de dar conta dos problemas centrais para as democracias contemporâneas, analisar as lutas por incorporação de grupos excluídos, bem como construir um arcabouço teórico, propriamente sociológico, para análise da sociedade civil. Portanto, dada a amplitude do alcance que uma obra desse tipo pode ter, me limitarei apenas a apresentar a estrutura do livro, os principais argumentos defendidos em cada uma das quatro partes em que ele está dividido e, brevemente, identificar, ao longo dessa exposição, alguns dos possíveis desdobramentos para os debates atuais no campo da sociologia política.

Na primeira parte, intitulada ‘Civil society in social theory’, Alexander procede a uma extensa revisão histórica de alguns dos autores que ajudaram a definir os contornos do debate contemporâneo na filosofia política, como John Rawls, Jürgen Habermas, Michael Walzer, T. H. Marshall e Michel Foucault. Também é nesta parte do livro que Alexander dialoga com autores que recentemente vêm buscando teorizar a respeito da centralidade da sociedade civil para as possibilidades de realização dos ideais democráticos nas sociedades contemporâneas, entre eles Andrew Arato, Jean Cohen, John Keane, Robert Putnam, Adam Seligman e Alan Wolf. Além de servir para localizar sua proposta em relação a outros temas levantados por esses autores, essa revisão histórica serve para identificar as semelhanças e diferenças entre as várias definições do conceito de ‘sociedade civil’ atualmente disponíveis e a sua própria. Desta forma, no último capítulo da primeira parte do livro, Alexander define sociedade civil do seguinte modo:

Precisamos entender a sociedade civil como uma esfera que pode ser analiticamente independente, empiricamente diferenciada e moralmente mais universalista *vis-à-vis* o

Estado e o mercado, e também distinta de outras esferas. [...] sociedade civil deve ser concebida como uma esfera de solidariedade, na qual um certo tipo de comunidade universalizante torna-se culturalmente definida e, em certa medida, institucionalmente reforçada. Na medida em que esta comunidade de solidariedade existe, ela se expressa e se sustenta pela opinião pública, por códigos culturais profundos, organizações distintas – legais, jornalísticas e associativas – e por práticas interativas historicamente específicas, tais como civilidade, crítica e respeito mútuo. Uma comunidade civil deste tipo nunca pode existir como tal, ela apenas pode ser sustentada, em certa medida. Ela é sempre limitada e interpenetrada por relações limítrofes com outras esferas não-civis. (p. 31).¹

Como fica evidente na citação acima, a definição de sociedade civil apresentada por Alexander está em direta concordância com sua posição teórica mais ampla acerca da relativa autonomia da cultura enquanto uma, entre outras, esferas da vida em sociedade. Neste sentido, a sociedade civil deve ser analiticamente compreendida como uma esfera também relativamente autônoma, porém, qualquer abordagem a respeito de sociedades civis realmente existentes (*real civil societies*) consiste sempre na análise de ‘relações limítrofes’ (*boundary relations*) entre esta e outras esferas da vida social.

Depois de lançadas as bases teóricas na primeira parte do livro, a segunda parte se volta para os aspectos institucionais da esfera civil. É nesta seção que o autor defende a importância das instituições comunicativas – opinião pública, a mídia de massa, pesquisas de opinião e as associações – e das instituições regulatórias – o voto, os partidos, o mandato e o direito – para se compreenderem as dinâmicas próprias que operam no âmbito desta esfera. E é na análise dos processos típicos da esfera civil, mais especificamente no capítulo dedicado aos ‘discursos’, que o autor irá elaborar mais extensamente a respeito das lógicas culturais de analogia e metáfora que permitem a formação de estruturas ideacionais binárias que estão no

¹ Todas as citações de passagens do livro baseiam-se em traduções feitas diretamente do original em inglês.

centro das disputas engendradas no âmbito da esfera civil. Nesse capítulo, Alexander identifica três conjuntos de estruturas culturais responsáveis por organizar a ação na sociedade civil: *a estrutura discursiva dos atores*; *a estrutura discursiva das relações sociais*; e *a estrutura discursiva das instituições sociais*. Dada a natureza binária do discurso da sociedade civil, os atores estão engajados em uma luta constante para definir a si próprios, suas relações e instituições através de categorias contrastantes de *bem e mal*. De acordo com esses códigos binários (democráticos e contrademocráticos), indivíduos podem ser *ativos* ou *passivos*, *sãos* ou *loucos*, enquanto suas relações podem ser *confiáveis* ou *enganosas* e as instituições podem ser *igualitárias* ou *hierárquicas*, *reguladas por normas* ou *arbitrárias*.

No último capítulo da segunda parte, intitulado 'Contradictions: uncivilizing pressures and civil repair', Alexander estabelece uma das noções centrais de seu livro, a idéia de reparos civis, que será essencial para sua abordagem acerca da natureza e da prática dos movimentos sociais, apresentada nas seções subseqüentes da obra. Assim como Habermas, Alexander também enxerga os problemas causados pelos efeitos 'não-civis' provocados pelas incursões feitas por outras esferas na sociedade civil. No entanto, ele argumenta que é a própria sociedade civil que detém a capacidade de operar 'reparos' por meio da mobilização em movimentos sociais, da formação da opinião pública, da participação em associações voluntárias e da abertura de canais para exercer pressão sobre os processos legislativos. A expansão ou retração da solidariedade civil depende das relações entre tendências 'civis' e 'não-civis' típicas da sociedade civil. Intrusões de outras esferas da vida social dificultam as possibilidades de uma maior inclusão e de práticas democráticas. Os movimentos sociais emergem como 'reparos civis' que respondem a essas ameaças.

Com base neste modelo teórico, movimentos sociais se referem a grupos e processos que se formam com o objetivo de produzir 'reparos civis' no reino da sociedade civil. Ao acessar as estruturas culturais da sociedade civil (como suas estruturas discursivas) eles são capazes de manipular códigos na intenção de legitimar ações, atores e instituições e deslegitimar adversários. Neste ponto, a análise de Alexander se aproxima bastante (ou mesmo toma emprestado) de vários aspectos das teorias dos novos movimentos sociais de um autor como Alberto Melucci (1996). Para Alexander, o sucesso ou fracasso de um movimento depende da sua

capacidade de ‘traduzir’ suas demandas práticas, específicas, para o discurso generalizado da sociedade civil. Ser capaz de realizar uma ‘tradução’ bem sucedida significa criar os links necessários entre as inquietações particulares dos indivíduos e a linguagem simbólica e democrática que forma os temas utópicos da sociedade civil. E é com base nessa noção dos movimentos sociais enquanto tentativas de ‘tradução’, outra idéia central de seu modelo teórico, que o autor irá analisar dois dos mais significativos movimentos sociais da história recente dos Estados Unidos.

A terceira parte de *The civil sphere* é dedicada a uma abordagem minuciosa do movimento feminista e do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos. De fato, a seção ‘Social movements in the civil sphere’ pode ser considerada a parte mais empírica de todo o texto. Com base em uma vasta pesquisa empírica, o autor passa a analisar como a idéia de ‘reparo civil’ se relaciona com as dimensões de gênero e raça, no âmbito desses dois movimentos. Talvez por representar uma nova leitura desses movimentos – os quais, pela sua relevância para os acontecimentos políticos do século XX, já contam com uma literatura bastante extensa a seu respeito – é que esta parte do livro tenha sido objeto das críticas mais severas.

Sobre o movimento pelos direitos civis, por exemplo, Alexander apresenta uma leitura ao mesmo tempo inovadora e provocativa. Ao analisar exaustivamente documentos e arquivos da época (discursos, coberturas jornalísticas, declarações de políticos e líderes do movimento, etc.), desde o surgimento dos primeiros protestos contra a discriminação racial no sul dos Estados Unidos, o autor ressalta o papel decisivo da mídia, do carisma de seu líder maior, Martin Luther King Jr, do discurso da resistência pacífica, da linguagem religiosa da Igreja Batista, entre outros, para concluir que o movimento só conseguiu alcançar seu ímpeto definitivo quando foi capaz de criar uma empatia entre a causa dos negros do Sul e uma elite progressista do Norte, dando forte ênfase ao papel da mídia do Norte para esse movimento de ‘tradução’. Por exemplo, Aldon Morris (2007), um renomado especialista no movimento negro nos Estados Unidos, argumenta que Alexander, ao dar um peso excessivo ao papel da mídia branca do Norte, acaba por dar crédito pelo sucesso do movimento aos atores errados. Ou seja, ao invés de reconhecer a importância maior das lutas e do sacrifício dos negros do Sul, Alexander teria cometido o erro de responsabilizar a elite nortista pelo sucesso do movimento. Uma crítica do mesmo tom é apresentada por

Elisabeth Clemens (2007) em relação ao movimento feminista. A estas e outras críticas Alexander teve a oportunidade de responder quando em 2007 participou de uma sessão do tipo *Author-meets-the-critics* (autor-encontra-seus-críticos), em um simpósio conjunto entre a *Midwest Sociological Society* e a *North Central Sociological Association* realizado em Chicago. Entre os críticos, estavam Clemens (University of Chicago) e Morris (Northwestern University), além de Robert Antonio (University of Kansas) e Chad Alan Goldberg (University of Wisconsin-Madison). Como resultado do simpósio, um número especial da revista *The Sociological Quarterly* foi publicado em 2007, contendo textos dos críticos e do próprio Alexander.

A última parte do livro é dedicada aos 'Modos de incorporação à esfera civil' (*Modes of incorporation into the civil sphere*). É nesta seção que o autor analisa a terceira dimensão – ao lado de gênero e raça, abordados na parte anterior do livro – a se relacionar com a idéia de 'reparo civil', a religião. Para tanto, Alexander dedica os dois últimos capítulos à questão do anti-semitismo e ao Holocausto.² Ao lado da análise substantiva sobre as formas de construção de identidade e de incorporação da cultura judaica na Europa e nos Estados Unidos do pós-guerra, essa última parte do livro acaba compondo um longo argumento em defesa do 'multiculturalismo' como o modo mais universalista de incorporação de grupos excluídos e de identidades contrastantes à esfera civil. De fato, com a apresentação das três formas possíveis de incorporação, que seriam a 'assimilação', a 'hifenização' e o 'multiculturalismo', Alexander pretende dar conta de uma gama bem mais ampla de casos do que os que foram por ele examinados. O que significa dizer que, para o autor, os três fenômenos substantivos por ele analisados no livro (o movimento feminista, o movimento pelos direitos civis e a questão dos judeus), não esgotam, de forma alguma, as possibilidades de aplicação de seu modelo teórico. Muito pelo contrário, ao apresentar sua análise como parte de um novo 'programa forte' para a Sociologia da Cultura, o autor espera estar contribuindo para um redirecionamento do debate em torno de questões tão centrais para a Sociologia quanto os processos de reconhecimento, conflitos identitários, cidadania, ações coletivas e democracia.

² Sobre se a questão dos judeus e do anti-semitismo podem ou não ser tomadas como uma questão de religião, ver a crítica feita por Goldberg (2007).

Como escreve Goldberg (2007, p. 629):

[...] The Civil Sphere oferece um novo caminho para se compreenderem alguns dos mais notáveis conflitos das sociedades modernas, a saber, lutas pela incorporação de grupos excluídos na esfera civil. Essa perspectiva permite a Alexander identificar profundas analogias entre conflitos que são normalmente percebidos como díspares e dissociados: conflitos de classe, os “novos movimentos sociais” por igualdade racial e de gênero e os conflitos pela incorporação civil dos judeus nos séculos XIX e XX. [...] Nestes conflitos, os demandantes lutaram para representar a si próprios em termos das categorias positivas do discurso civil e, por meio disso, alargaram os limites da solidariedade, enquanto seus oponentes buscaram legitimar sua exclusão ao imputar-lhes traços anticívicos.

Por fim, cabe ainda um último e breve comentário a respeito de como Alexander relaciona sua análise sobre a esfera civil com um tema que, com ênfases variadas, sempre esteve presente em todos os autores clássicos da Sociologia, que seriam as formas de incorporação típicas da modernidade ocidental. Para citar apenas um clássico da Sociologia contemporânea, a quem Alexander dedicou boa parte de sua produção intelectual, Talcott Parsons enxergava, em sua análise sobre o processo de diferenciação engendrado pela modernidade, um crescente e inexorável movimento de aumento da inclusão (inclusiveness) como a tendência mais fundamental no mundo contemporâneo. Talvez tenha sido apenas em *The civil sphere*, depois de tantas obras teóricas publicadas, que Alexander tenha conseguido marcar de forma mais clara a diferença entre a sua própria leitura acerca da modernidade e aquela que está presente na teoria parsoniana. A teoria de Alexander representa uma visão eminentemente contingente a respeito das formas de incorporação da modernidade e, por extensão, sobre as possibilidades de justiça dentro de um processo de complexificação cultural. Em sua análise acerca da expansão da solidariedade civil, nada pode ser tomado como certo ou inevitável. A sociedade civil possui uma natureza fortemente contingente. A imagem que emerge após a leitura de uma obra tão extensa e tão densa é a de uma sociedade civil vulnerável e eminentemente

conflituosa. Consistentemente com essa imagem, as ações engendradas no âmbito da sociedade civil não possuem uma única direção possível. De acordo com seu discurso binário, a sociedade civil pode dar origem a práticas inclusivas e democráticas tanto quanto pode promover exclusão e discriminação. Por isso, a sociedade civil não pode ser vista, na análise de Alexander, como um reino harmonioso de reciprocidade e confiança. Pelo contrário, ela só pode ser compreendida como uma arena, na qual grupos entram em confronto uns com os outros na busca pelos recursos simbólicos que podem conferir legitimidade a uns enquanto outros são definidos como ilegítimos. Práticas democráticas são possíveis porque valores morais democráticos estão presentes nas estruturas ideacionais da sociedade civil. No entanto, é a interação constante entre grupos, atores e instituições o que irá determinar as possibilidades de justiça ou injustiça.

Como qualquer trabalho teórico de grande magnitude, ainda será necessário muito debate e algum tempo até que possamos saber se, de fato, o livro *The civil sphere* irá cumprir aquilo que seu autor espera dele, uma renovação do panorama intelectual em torno dos temas centrais da filosofia e da sociologia política.

Referências

- ALEXANDER, J. C.; SMITH, P. 1993. The discourse of American civil society: a new proposal for cultural studies. *Theory and Society*, v. 22, n. 2, p. 151-207.
- CLEMENS, E. 2007. Of tactics and trauma. *The Sociological Quarterly*, n. 48, p. 589-599.
- COLOMY, Paul. 2003. Jeffrey Alexander. In: ELLIOT, A.; RAY, L. *Key contemporary social theorists*. Malden, MA: Blackwell. p. 9-16.
- GOLDBERG, C. A. 2007. Reflections on Alexander's *The Civil Sphere*. *The Sociological Quarterly*, n. 48, p. 629-639.
- MELUCCI, A. 1996. *Challenging codes: collective action in the Information Age*. New York, NY: Cambridge University Press.
- MORRIS, A. 2007. Naked power and the civil sphere. *The Sociological Quarterly*, n. 48, p. 615-628.